

# Aspectos repressivos ao carnaval de Salvador no periódico Diário de Notícias (1961 -1966)

Eric Lima Bottas  
Peixoto

Graduando em História pela  
Universidade Federal da Bahia  
(UFBA).

Recebido: 20/05/2022  
Aprovado: 28/06/2022

## RESUMO

O presente trabalho busca apresentar considerações sobre os aspectos e as representações do carnaval de Salvador entre 1961 e 1966. Em princípio, analisamos a relação do citado periódico com o universo não carnavalesco, pensando alterações no formato e as percepções construídas por este sobre o delicado momento político no qual o Brasil se encontrava. Compreendendo a renúncia do presidente Jânio Quadros como evento fundador de uma crise política, nota-se, ao longo da pesquisa um aumento significativo de publicações que se direcionam a ação da polícia, além de diversas proibições de atividades tidas como naturais no contexto carnavalesco, como o uso de máscaras à noite, o uso de lanças perfumes e a presença de fogos de artifício durante o festejo. O periódico também apresenta uma constante exaltação dos eventos realizados dentro de grandes clubes e bailes fechados, indicando estes como representantes do progresso em oposição ao carnaval de rua. Apesar disso, os festejos momescos continuavam apresentando suas características subversivas, com registros de algumas referências satíricas ao momento político do país.

## PALAVRAS-CHAVE

Carnaval; Ditadura; Salvador.

## Introdução

**E**ste trabalho tem como objetivo analisar as representações do *Diário de Notícias* que versam sobre o ciclo de festas de verão do universo soteropolitano, que culmina com a realização do Carnaval. Tais eventos vêm do início de dezembro, com a Festa da Conceição da Praia. No nosso trabalho, consideramos o período que se abre na passagem do ano, com a Festa de Bom Jesus dos navegantes, e se encerram com a Quarta-Feira de Cinzas. No decorrer dos trabalhos, foram levantadas, digitalizadas e catalogadas mais de 700 publicações acerca dos festejos, que podem ser analisadas sobre as mais diversas óticas, seja acentuando questões econômicas e políticas, seja direcionando o foco para as manifestações culturais e formas de sociabilização dos foliões.

Direcionamo-nos para a análise de publicações que apresentem diferentes formas de controle e repressão que se colocaram sobre os festejos, desde aquelas construídas pelo poder público, como a proibição de determinados objetos ou manifestações, até aqueles mobilizados também pelo próprio periódico, como aquelas reportagens criticando comportamentos, elogiando festejos tidos como organizados ou manifestando apoio a ações repressivas perpetradas pelo estado.

O recorte cronológico escolhido para a pesquisa se inicia em primeiro de janeiro de 1961, pouco antes da renúncia do presidente Jânio Quadros. Esse evento é compreendido com o estopim para configuração de uma intensa crise política e econômica no país. Essa, por sua vez, pode ser entendida como geradora das manifestações cada vez mais repressivas e organizadoras percebidas no período, sejam elas promovidas pelo estado, sejam por uma determinada comunidade da sociedade civil, financiadora e/ou produtora do periódico.

Ao longo da crise, percebemos um gradual e não linear aumento das manifestações repressivas e da presença do estado e da polícia nos festejos. Esta crise parece atingir o seu ápice com o golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964 e temos, a partir deste momento, um processo ainda mais acentuado de homogeneização dos comportamentos e manifestações no âmbito das festas populares de Salvador. Também notamos, em 1966, com a supressão das eleições que ocorreriam no ano anterior e, portanto, com a consolidação do estado de exceção, um processo de normalização (no sentido de retorno à “normalidade”) na estrutura do *Diário de Notícias* – ou seja, um retorno às características apresentadas em 1961.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas todas as publicações do *Diário de Notícias* – notícias, reportagens, colunas de opinião ou propagandas – entre os meses de janeiro a março dos anos de 1961 a 1966. Com uma abordagem parcialmente quantitativa, foram selecionadas todas as publicações que tratem de organizar o carnaval, como a tematização do carnaval, ou repressores, como a ação policial antes e depois dos festejos. Por fim, não foram contabilizadas as publicações de caráter repressor que já se faziam presentes em carnavais anteriores, como os concursos de decoração dos clubes e os concursos de apresentações de cordões, batucas e afoxés, já que sua manutenção não representa um crescimento de estratégias repressivas sobre o carnaval soteropolitano.

## O Diário de Notícias

Adquirido por Assis Chateaubriand por recomendação de Odorico Tavares, então chefe da seção Nordeste dos *Diários Associados*<sup>1</sup>, o *Diário de Notícias* alcançou grande circulação na Bahia no período analisando, constituindo-se como um importante espaço para a publicação de opiniões de figuras influentes no período, como Pierre Verger, Gilberto Freire e o próprio Assis Chateaubriand. Desta forma, este pode ser considerado uma importante fonte para que possamos compreender as representações das manifestações populares e – principalmente – os interesses das elites letradas sobre estas.

Apesar de não haver à disposição muitos dados sobre o periódico em questão, é possível construir algumas reflexões sobre a relação deste com a sociedade através de pesquisas sobre os diversos meios de comunicação que integravam os *Diários Associados*. Dentre estes, podemos encontrar emissoras de rádio de considerável inserção na sociedade baiana, como a *Rádio Sociedade*, além da primeira emissora de televisão da Bahia, a *TV Itapuã*. Também fez parte da rede a revista *O Cruzeiro*, de ampla circulação nacional, que foi palco de muitas das produções dos jornalistas que compunham o *Diário de Notícias*.

Para Nadja Peregrino, a revista pode ser definida como um marco na produção do fotojornalismo brasileiro, já que a utilização de imagens em destaque e da relação dinâmica que estas compunham com os textos seguiam tendências internacionais e foram consideradas bastante inovadoras no Brasil, desbravando assim os meios e técnicas que se tornariam cada vez mais presentes na produções de concorrentes e de outros produtos dos *Diários Associados*.<sup>2</sup> Investigações como esta indicam a posição de vanguarda que o grupo detinha, o que lhe garantia bastante prestígio e a possibilidade de ditar tendências no âmbito do cenário jornalístico brasileiro.

Apesar do relativo enfoque que a revista direcionava a questões associadas às manifestações então chamadas de cultura popular, a autora Juciara Barbosa, nos indica que esta apresentaria um teor bastante conservador e muitas vezes sensacionalista<sup>3</sup>. Entretanto, Santos nos apresenta algumas críticas de Odorico Tavares às tentativas de organização dos festejos carnavalescos realizados pelo Estado Novo.<sup>4</sup> Para este, a cultura popular devia apresentar um caráter purista, ou seja, associada a tradição e sem intervenção modificadoras de outros grupos. A posição de destaque ocupada por ele dentro da Seção nordeste dos *Diários Associados* e suas constantes publicações nos cadernos

---

1 Eunice Ribeiro dos Santos, *a “traição” da tradição: Pierre Verger, Odorico Tavares e outros jornalistas em O Cruzeiro*, Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 46.

2 Nadja Peregrino, *O Cruzeiro: A evolução da fotorreportagem*, Rio de Janeiro: DZABAO, 1991, *apud* Eunice Ribeiro dos Santos, *a “traição” da tradição*, p. 38.

3 Juciara Maria Nogueira Barbosa, *A Bahia de Jubiabá em fotografias de Pierre Verger*, Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, *APUD* Santos, *a “traição” da tradição* p. 38.

4 Santos, *a “traição” da tradição*, p. 104.

de opinião do periódico nos reforça a ideia de que Odorico Tavares teria uma participação ativa na produção do *Diário de Notícias*.

As críticas realizadas por Tavares à repressão estado-novista nos aportam algumas reflexões interessantes. Em primeiro lugar, como veremos mais à frente, tentativas de repressão aos festejos se farão cada vez mais presentes a partir de 1962, mas estas não serão condenadas pelo periódico, que as tratará com naturalidade e em diversos momentos apresentará um posicionamento favorável às proibições<sup>5</sup>.

No novo contexto consolidado a partir de 1965, a falta de críticas pode indicar desde uma mudança na percepção dos diretores do conglomerado midiático, que passariam a entender as tentativas de controle aos festejos como algo positivo, até uma adesão incondicional aos projetos do novo governo ditatorial que se iniciava, mesmo que não concordassem necessariamente com todos estes. Além das hipóteses levantadas, também é possível que os produtores do periódico não entendessem esses eventos aqui analisados como de caráter organizador.

A década de 1960 também parece bastante conflituosa para o conglomerado. Santos nos relewa que a desorganização financeira foi a causadora de grandes problemas à saúde financeira do grupo, o que pode estar relacionado às reiteradas publicações sobre a crise econômica.<sup>6</sup> A autora ainda afirma que diversas dívidas com a previdência social culminaram na bancarrota dos *Diários Associados*, que teria gerado inclusive uma ausência de pagamento a sujeitos importantes na produção jornalística do período, como o fotógrafo Pierre Verger.

No decurso da coleta de dados junto ao *Diário de Notícias*, é facilmente perceptível uma série de modificações na estrutura do periódico, e até mesmo aquelas que afetam a transmissão de informações sobre o período carnavalesco são geradas majoritariamente por influências externas ao festejo. Em primeiro lugar, podemos perceber uma série de mudanças entre os meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1961 e deste mesmo período do ano subsequente. A partir de 1962, o periódico acentua a sua inclinação a assuntos políticos e econômicos, marginalizando reportagens sobre os eventos que compõem o ciclo de festas populares em Salvador, possivelmente em função da complexa ebulição política e econômica que toma conta do Brasil em meados no ano anterior.

Nos três primeiros meses do ano de 1961, foram contabilizadas um total de 127 publicações sobre os festejos que compõem o universo carnavalesco soteropolitano. Destas, 39%, ou 50 publicações, se encontravam no primeiro caderno. Este costuma ser direcionado a questões políticas e econômicas e, na presença do segundo caderno, apresenta relativamente poucas publicações sobre os festejos. Na maioria dos casos, nestas publicações se veiculavam informações sobre os eventos mais burocráticos associados as festas, como a organização do trânsito ou a inscrição para concursos.<sup>7</sup>

---

5 “POLÍCIA VIU PERIGO EM VARINHA DE CÔRES: PROIBIU SEU USO NO CARNAVAL”, *Diário de Notícias*, 23 fev. 1963.

6 Santos, *A “traição” da tradição*, p. 41.

7 “CONCURSO DE MUSICAS PARA O CARNAVAL: INSCRIÇÕES”, *Diário de Notícias*, 04 jan. 1961.

A maior parte das publicações – cerca de 57% –, se encontram no segundo caderno. Este, eventualmente denominado *Caderno de Esportes* ou *de Entretenimento*, apresenta periodicidade diária e detém as mesmas oito páginas do caderno principal. Em geral, aí se concentram publicações sobre assuntos relacionados a entretenimento, como esportes, festas, programação de cinemas e a coluna social. Semanalmente, aos domingos, também era encontrada a publicação de um terceiro caderno, eventualmente chamado *Caderno de Artes*, com longas matérias sobre o estado das músicas, das letras e dos ilustres personagens baianos.

Possivelmente por conta dos diversos acontecimentos que desestabilizam a organização política nacional, percebemos alterações consideráveis na configuração do periódico a partir de 1962. Diante das novas demandas políticas e econômicas, o *Diário de Notícias* parece escamotear as informações acerca dos festejos do ciclo carnavalesco, sendo nesse ano contabilizadas apenas 75 publicações, configurando uma redução de 41% em relação ao mesmo período do ano passado. Além disso, o segundo caderno, antes diário, passa a ser semanal e o *Caderno de Artes* aparece de maneira ocasional, aparentando não ter regularidade.

A partir de 1962, o *Diário de Notícias* também apresenta uma diminuição acentuada da qualidade da impressão. Observa-se com maior frequência a presença de erros ortográficos e erros de impressão, além da diminuição da qualidade do papel utilizado, o que se percebe no próprio manuseio dos exemplares disponíveis nos acervos. Essa diminuição de qualidade e quantidade na publicação parece relacionada à crise econômica que frequente o periódico evoca em suas reportagens, mas sem nunca se referir a esta como causadora de dificuldades para sua produção. Encontramos, além de diversas publicações sobre esta crise, o anúncio do aumento do valor do próprio periódico.<sup>8</sup>

É também em 1962 que o periódico passa a apresentar contornos anticomunistas muito claros, além de construir uma ferrenha oposição ao novo presidente do Brasil, João Goulart. Essas informações são essenciais para entender as alterações na produção do periódico, que podem representar desde a falta de incentivos financeiros em âmbito nacional até a necessidade de se construir um clima de instabilidade, reforçando o papel da crise econômica e reduzindo os apelos à normalidade representados pelos festejos, construindo assim um clima de incertezas e desestabilizando a imagem de suas desavenças políticas.

Tal configuração é mantida nos anos seguintes. Foi possível perceber um breve aumento em 1963, atingindo um total de 88 publicações sobre os festejos do ciclo carnavalesco, seguido de uma diminuição em para 78 publicações em 1964, e novamente um breve aumento em 1965, chegando a 90 publicações, o que poderia estar indicando certa instabilidade no direcionamento do periódico aos festejos. Nesse ano, entretanto, o segundo caderno volta a se fazer mais presente, aparecendo aos domingos e em algumas quintas-feiras, aparentemente sem motivo ou frequência específica.

Ao longo desse período, o *Diário de Notícias* mantém sua inclinação a assuntos políticos e econômicos e direciona diversas críticas ao governo de João Goulart.<sup>9</sup> Apesar disso, promove o “Não”

---

8 “O novo preço do DN”, *Diário de Notícias*, 25 jan. 1962.

9 “1962: O ANO NEGRO DO BRASIL”, *Diário de Notícias*, 02 jan. 1963.

no contexto do referendo sobre o parlamentarismo no Brasil, medida que garantiria maiores poderes ao presidente.<sup>10</sup> Em 1965, o periódico passa a retratar orgulhosamente as vitórias do que chama de “revolução de 64”.<sup>11</sup> Porém, mesmo apresentando manifestações favoráveis ao golpe de estado, o *Diário de Notícias* reforça a necessidade da realização de eleições em 1965.<sup>12</sup>

A partir de 1966 o periódico começa uma guinada na direção contrária. O segundo caderno volta a ser mais frequente e as notícias sobre o período carnavalesco aumentam consideravelmente, aparecendo com frequência também no primeiro caderno. Além disso, percebemos o retorno do terceiro caderno aos domingos e, a cada quinze dias, notamos a presença de um quarto caderno.

A consolidação do golpe militar, ocorrido dois anos antes, pode ser considerado um fator essencial para o aumento considerável de publicações sobre os festejos. A posição na qual o periódico se colocava, como apoiador do golpe, pode ter gerado frutos no âmbito das novas configurações políticas que o momento impunha, sendo possível assim aumentar quantitativa e qualitativamente a impressão, a quantidade de páginas e de cadernos do periódico. Além disso, a quantidade de notícias relacionadas as festas pode ser importante para a construção da narrativa de normalidade e de bem estar social no novo período que se iniciava.

## Organização e repressão no carnaval de Salvador

Entendido aqui como o momento de normalidade que antecede a crise política iniciada na renúncia de Jânio quadros, o ano de 1961 apresenta uma série de características que desaparecerão do periódico nos anos seguintes, sendo retomadas novamente apenas em 1966. No que respeito às publicações que comentam ações repressivas ou organizadoras atuando sobre o carnaval soteropolitano, este é, dos anos analisados, o que estas aparecem com menor intensidade.

Das cinco publicações encontradas, apenas uma apresenta um teor claramente repressivo, sendo que a primeira delas faz apenas breves comentários sobre a festa de Segunda-Feira Gorda da Ribeira, que não teria dado trabalho aos policiais. Publicada no segundo caderno no dia quinze de janeiro, a reportagem anuncia que o policiamento já estaria devidamente organizado para a evitar os tradicionais “sururus” entre foliões embriagados ou foliões e motoristas “afoitos”.<sup>13</sup>

Já no dia 17 de janeiro, encontramos a resposta do periódico à publicação anterior. Procurando informações sobre o decorrer do festejo, o *Diário de Notícias* entrou em contato com o Delegado Alberto Pinheiro de Moraes, responsável pela segurança do evento, que afirmou que a festa da Ribeira ocorreu normalmente. Segundo ele teriam sido registrados apenas pequenos incidentes provocados

---

10 “VOTE NÃO”, *Diário de Notícias*, 03 jan. 1963.

11 “Vitória da Revolução democrática marcou 1964”, *Diário de Notícias*, 01 jan. 1965.

12 “Eleições em primeiro lugar”, *Diário de Notícias*, 26 mar. 1965.

13 “Carnaval começa amanhã com a animação da 2ª feira da Ribeira”, *Diário de Notícias*, 15 jan. 1961.

por “foliões que se excederam em bebidas alcóolicas”.<sup>14</sup> O delegado ainda conclui que foliões alcoolizados que se envolviam em problemas eram encaminhados ao posto médico, onde eram medicados e liberados em perfeitas condições e minutos depois.

Sem dúvida, a notícia que mais destoa do tom apresentado pelo periódico neste primeiro ano é encontrada na página quatro do dia 31 de janeiro, onde vemos a proibição de bebidas alcóolicas “brancas”, ou seja, cachaças incolores. A publicação chega a comentar que o consumo desta seria proibida mais uma vez, indicando que este fato já teria ocorrido em carnavais passados e faz leves críticas ao fato da proibição se direcionar apenas a bebidas baratas, permitindo a livre circulação de bebidas de alto custo e importadas.

O periódico também comenta a permissão de se consumir a cachaça misturada com outros ingredientes, como vermouths, folhas e tinturas, produzindo as bebidas conhecidas como “infusões”, e conclui: “por que o preconceito de cor. O feito não é o mesmo? E, por acaso, falta de dinheiro foi alguma vez empecilho para quem quer beber?”.<sup>15</sup>

Além disso, também foi proibida a venda de bebidas alcóolicas a pessoas já alcoolizadas, a menores de dezoito anos e a pessoas tratadas no periódico como “loucas”. Por conta disso, o *Diário de Notícias* recomenda que os foliões estejam sempre portando documentos que atestem a maioridade e a sanidade mental. Também fica suspenso o porte de armas durante os festejos, além da proibição do comércio das mesmas, incluindo munições e explosivos.

Ao final do carnaval, na coluna *Nossa Opinião*, o periódico parabeniza a Secretaria de Segurança Pública pelos esforços para a realização do carnaval em Salvador, afirmando que estava a postos, nas ruas, um total de dois mil policiais, comparando-o com o contingente carioca, que seria de apenas três mil para uma cidade “quatro ou cinco vezes maior”.<sup>16</sup> Apesar de o carnaval ter sido realizado em meados de fevereiro, não foram encontradas publicações sobre o tema neste mês, diferentemente dos carnavais que viriam a seguir, em que as publicações de teor repressivo se concentravam as vésperas do principal festejo.

Além disso, percebemos uma série de eventos que passam a merecer a presença policial como mantenedora da “ordem”, como as festas de clubes<sup>17</sup>. A difusão dos concursos de decoração desses clubes pode ser entendida como uma maneira de organização e homogeneização dos festejos privados, indicando formas e modelos que, seguidos, renderam prêmios e assim maior visibilidade a esses clubes.<sup>18</sup>

Ao longo do ano de 1961, diversos eventos conflituosos virão afetar a produção do periódico. Em 25 de agosto, a renúncia de Jânio Quadros pegou de surpresa diversos setores da sociedade brasileira, culminando na campanha pela legalidade e, posteriormente, na ascensão de João Goulart à presidência da República. Esse evento é entendido aqui como o início da crise política que dominará

---

14 “Festa da Ribeira não deu muito trabalho à polícia este ano”, *Diário de Notícias*, 17 jan. 1961.

15 “Somente bebida que fôr colorida folião bebe: <<branca>> não”, *Diário de Notícias*, 31 jan. 1961.

16 “O Carnaval baiano de 1961”, *Diário de Notícias*, 16 fev. 1961.

17 “Polícia fiscalizará festas de Carnaval”, *Diário de Notícias*, 27 jan. 1961.

18 “Ficou com <<valorosa azulina>> prêmio da melhor ornamentação”, *Diário de Notícias*, 16 fev. 1961.

o país até a consolidação do governo militar, responsável por mudanças consideráveis na estrutura do periódico, como já discutido anteriormente.

Ao analisar as publicações de 1962, encontramos o periódico completamente direcionado a questões econômicas e políticas, ganhando contornos anticomunistas<sup>19</sup>. A crise econômica passa a dominar as páginas do periódico, em um movimento que pode ter alguma relação com o aumento das publicações sobre segurança pública e carnaval, já que as dificuldades financeiras podem ter favorecido ou estimulado um aumento na criminalidade urbana, que por sua vez contribuiria para a percepção de insegurança da população, culminando em um maior clamor por ações policiais efetivas em todos os momentos e locais da vida pública. Não seria diferente durante os festejos do ciclo carnavalesco.

Aqui, são registradas seis publicações que relacionam segurança pública e organização e os festejos carnavalescos. Apesar de o aumento ser consideravelmente pequeno, percebemos também mudanças de teor das publicações, que só começam a aparecer no final de fevereiro, se intensificando na medida em que o carnaval se aproxima. Enquanto em 1961 tivemos cerca de dois mil agentes policiando o carnaval soteropolitano – número este bastante elogiado pelo periódico –, no ano seguinte chegaremos à marca de três mil agentes, entre forças policiais do estado e as forças armadas.<sup>20</sup> Além disso, teremos nesse ano a divisão da cidade em três postos e três subpostos, o que pode ser tomado como uma primeira indicação prévia do funcionamento das ações policiais nos festejos.<sup>21</sup>

Percebemos aqui, também, o início de uma preocupação que parecerá generalizadas nos anos seguintes: a presença de menores de idade nos festejos carnavalescos. Enquanto, em 1961, a única menção a este item reiterava a proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores, aqui vemos a proibição se desenvolver para a própria presença destes em blocos, cordões e batucadas.

Em reportagem publicada em vinte de fevereiro, o periódico apresenta a portaria publicada por Manoel Rocha, de número não informado, que proíbe a presença de menores de dezoito anos em vias públicas, tablados ou palanques e em clubes recreativos ou esportivos onde se realizem vesperais dançantes ou bailes. Em bailes públicos noturnos, proíbe-se a entrada de menores de 21 anos. Entretanto, fica permitida a entrada de menores acima dos quinze anos em festejos realizados em clubes de entrada exclusiva para sócios, contanto que acompanhadas dos pais, e a presença de menores acima dos treze anos em blocos, cordões e batucadas, também desde que acompanhados dos responsáveis.<sup>22</sup>

As manifestações que visam a proteção dos menores de idade das subversões carnavalescas não ficaram restritas ao estado, mas também aparecem como um desejo da sociedade civil, ou pelo menos de parte dela. Em publicação do dia onze de março, na coluna *Nossa Opinião*, o periódico comemora as providências tomadas pelo juizado de menores em relação a presença de menores no

---

19 “O FIM DA RAÇA BRANCA”, *Diário de Notícias*, 03 jan. 1962.

20 “3.000 homens policiarão Carnaval”, *Diário de Notícias*, 03 mar. 1962.

21 “Polícia dividirá cidade em três setores para cobrir o Carnaval”, *Diário de Notícias*, 28 fev. 1962.

22 “Menores não poderão tomar parte em blocos, cordões e batucadas e juiz punirá aos infratores”, *Diário de Notícias*, 20 fev. 1962.



tríduo carnavalesco. Entretanto, comentando especialmente sobre as bebidas alcoólicas, o *Diário de Notícias* cobra maior intensidade do estado na repressão aos lojistas que continuaram a vender bebidas a menores e critica a falta de multas, punições ou cadeia para o que denomina de “transviadores de menores”.<sup>23</sup>

Apesar de não citar nenhum caso específico, a coluna nos leva à compreensão de que as medidas impostas pelo juizado não foram completamente atendidas. Pensando o carnaval como um tempo de inversão dos valores de uma determinada sociedade, o consumo de bebidas por menores de idade neste período possivelmente seria naturalizado por alguns grupos, que o poderiam ver como uma oportunidade correta para que os jovens tivessem contato com entorpecentes sem que isso extrapolasse as fronteiras carnavalescas.

O fato de esse consumo só ser aceitável em um festejo carnavalesco poderia ser uma medida de reiteração do caráter subversivo da festa, ou seja, alterando os códigos considerados normais daquela sociedade. Tal subversão, contudo, poderia apontar uma certa normalidade que seria retomada ao fim dos festejos, reforçando as hierarquias e códigos evocados pela sociedade em outros momentos. Sendo assim, como aponta Ladurie, uma subversão que culminaria em um reforço na demarcação das posições sociais.<sup>24</sup>

Pensando os festejos carnavalescos como manifestações da cultura popular, é possível evocar reflexões de Canclini, quando afirma que a cultura popular é desenvolvida e mantida por uma determinada sociedade, e, por mais que se baseie no passado, esta seria dinâmica, expressando, entre outras coisas, as formas como diversos grupos reagem as transformações em suas realidades<sup>25</sup>. Diante do contexto do aumento da fiscalização em relação a menores e bebidas alcoólicas, seria de se esperar encontrarmos reações que nos mostrem a não adesão a estas transformações.

Melo nos demonstra como Burke comenta que essas ações subversivas poderiam se basear em uma defesa daquele universo anteriormente reconhecido, indicando que determinados grupos não acreditaram que aquele sistema poderia ser transformado, principalmente através de imposições externas. Afinal, conclui Melo: “Reprimir as formas da folia é uma maneira de estabelecer limites que não são inventados ou pautados pela tradição, transferindo para a festa feições que não pertencem ao seu universo fundamental.”<sup>26</sup>

Por fim, encontramos aqui a primeira menção a um fenômeno que se tornará bastante comum nos anos seguintes, chegando a ser apelidado de “arrastões” nos carnavais da década de 70. No dia quatro de março o periódico anuncia que, em ação preventiva, a polícia baiana havia limpo a cidade para o carnaval, realizando a prisão de 230 “gatunos” as vésperas do festejo.<sup>27</sup> Dentre os detidos, encontravam-se quarenta menores de idade, que seriam recolhidos para a colônia penal de

23 “Bebidas e Menores”, *Diário de Notícias*, 11 mar. 1962.

24 Emmanuel Le Roy Ladurie, *O carnaval de Romans: Da candelária à quarta-feira de cinzas (1579 – 1560)*, São Paulo, Companhia das letras, 2002.

25 Nestor Garcia Canclini, *Culturas híbridas*, 4ª, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006, APUD Santos, *a “traição” da tradição* p. 29.

26 Melo, “Arqueologia da Repressão às festas Carnavalescas no Recife (1968-1975)”, p. 4

27 “DFR limpa cidade para Carnaval: 230 gatunos prêsos”, *Diário de Notícias*, 04 mar. 1962.

Pedra Preta, junto com os outros cento e noventa maiores. Segundo o delegado Ademar, da delegacia de furtos e roubos, não haveria riscos para os menores. (ANEXO I)

Dentre os sujeitos presos previamente, sem direito a julgamento e aparentemente sem mandado judicial, encontram-se o arrombador “King- Kong” e “Igrejinha”, especialista em furtos em igrejas, bem como “Tranca Rua”, desordeiro e lanceiro, entre outros. Todos os presos que tiverem nomes e crimes anunciados no periódico podem ser considerados autores de pequenos delitos, a maioria deles sem a presença de violência, como furtos. Ao fim do carnaval, o periódico comemora o ineditismo da ausência de arbitrariedades policiais nos festejos e a ausência de brigas por parte dos foliões.<sup>28</sup>

O ano de 1963, assim como o anterior, se direciona com bastante nitidez à presença dos menores de idade nos festejos. No dia dois de fevereiro, é publicada decisão de uma reunião do Juizado de Menores que tinha como objetivos analisar a situação de jovens abandonados durante o carnaval. Segundo o entrevistado Martin Dubois, a liberdade excessiva nesse período seria prejudicial a esses sujeitos.<sup>29</sup> Cinco dias depois, o periódico informa que será realizada outra reunião para definir questões relativas aos menores e aos festejos.<sup>30</sup> Após isso, não é encontrada portaria específica sobre a presença destes. Entretanto, no dia 14 de fevereiro é noticiada a manutenção das portarias baixadas no ano anterior, dando a entender que continuariam em vigor as proibições envolvendo menores.<sup>31</sup> Ao final do carnaval, é noticiada mais uma reunião do Juizado, a fim de começar os preparativos para definir os parâmetros para o carnaval de 1964.<sup>32</sup>

Nesse ano, diferentemente do que havia se verificado no anterior, o periódico desenvolve diversas críticas a ação policial nos festejos do ciclo carnavalesco. Ao comentar o policiamento na festa da Ribeira, o *Diário de Notícias* o define como confuso e afirma que policiais estariam beneficiando alguns carros particulares e não permitindo que repórteres do periódico adentrassem o perímetro da festa.<sup>33</sup> Dois dias depois, em 24 de janeiro, uma publicação afirma que o grito de carnaval realizado pela Rádio Sociedade, integrante dos Diários Associados, teria terminado “em cena de sangue, graças, unicamente, à negligência e incompetência da polícia”, já que esta não teria se feito presente mesmo sabendo que o evento ocorria.<sup>34</sup> É possível que esse evento seja interpretado como uma ação intencional do comando da polícia baiana, em retaliação às críticas realizadas anteriormente.

A campanha contra o que o periódico denomina de “gatunagem” também é mantida e temos o anúncio de revistas em hotéis e pensões da cidade a fim de localizar e prender criminosos que poderiam causar problemas nos festejos. No dia 21 de fevereiro, é enviado o primeiro lote de presos para a colônia penal de pedra preta, composta por trinta homens, número bem menor do que o encontrado no ano anterior. Segundo o periódico, muitos deles teriam vindo de outros estados do Nordeste afim de

---

28 “Carnaval sem briga e sem excessos policiais”, *Diário de Notícias*, 08 mar. 1962.

29 “Menores no Carnaval”, *Diário de Notícias*, 02 fev. 1963.

30 “Presença de menores no Carnaval”, *Diário de Notícias*, 07 fev. 1963.

31 “Mantida portaria policial que regulamentou carnaval passado”, *Diário de Notícias*, 14 fev. 1963.

32 “Já próximo Carnaval”, *Diário de Notícias*, 09 mar. 1963.

33 “Ribeira: blocos e batucadas anunciam Carnaval de 1963”, *Diário de Notícias*, 22 jan. 1963.

34 “Grito de carnaval no Largo Dois de Julho culmina com tiros e ausência da Polícia”, *Diário de Notícias*, 24 jan. 1963.

praticarem delitos no carnaval soteropolitano. Nesta mesma reportagem o delegado afirma que novas “blitz” serão realizadas em focos de gatunagem na cidade baixa, especialmente em água de meninos, no mercado modelo e na calçada. Também chama atenção a entrevista de um dos detidos, conhecido como “Rato Branco”: “Sou doutor, não sei porque estão fazendo isso comigo. Saí da cadeia há três dias depois de cumprir pena. E a polícia me faz voltar ao xadrez sem eu nada ter feito... como posso me reabilitar?”.<sup>35</sup> (ANEXO II)

Se a repressão às vésperas do carnaval não parece ter tido o mesmo êxito obtido em 1962, o número de prisões durante o carnaval foi considerável. Enquanto nos anos anteriores o festejo havia sido anunciado como tranquilo e ordeiro, sem grandes causos para a polícia, em 1963 foram registradas 40 prisões durante os três dias de festa, o que teria dado bastante trabalho aos encarregados da manutenção da ordem na cidade.<sup>36</sup> Nesta reportagem, publicada em vinte e oito de fevereiro, ainda se comenta que as prisões preventivas haviam mandado um total de 80 pessoas a colônia de Pedra Preta, número definitivamente maior do que o anunciado em publicações anteriores.

Ainda nesta data, é registrado um fato bastante interessante. Durante os festejos, foi registrada a prisão de um sujeito conhecido como “Robalo”, que, para enganar os policiais, teria se mascarado durante os furtos. Esse fato é tratado como bastante inusitado, dando a entender que não ocorria com frequência, ou pelo menos não seriam descobertos. Outro detalhe interessante é que este é o primeiro ano em que vemos a proibição do uso de máscaras durante a noite nos festejos. Tal proibição não pareceu inibir Robalo...

Não foi apenas a ação policial durante os festejos que demonstrou um aumento considerável no ano de 1963. Percebemos aqui, também, o início de uma série de proibições, ainda não completamente ordenadas, que provavelmente serão a base para a lista de regras publicadas a partir de 1965. Em 21 de fevereiro, temos o anúncio da proibição do uso de fantasias que atentem contra a moral e os bons costumes, trajes semelhantes àqueles das forças armadas e corporações militares ou que fizessem referências a grupos religiosos. Temos também a proibição do uso de lança perfumes, mesmo que estes sejam inclusive anunciados no periódico no ano posterior e a já comentada proibição de usos de mascarar a noite. A proibição de bebidas alcoólicas brancas ganha mais um ponto, já que seus compostos também passam a ser proibidos. Segundo o secretário de Segurança Pública, as proibições visam atender:

[...] à necessidade de estabelecer normas que assegurem à população do estado, durante os próximos festejos carnavalescos, ambiente de paz, tranquilidade e ordem, evitados os excessos que soem acontecer nestas ocasiões.<sup>37</sup>

---

35 “POLÍCIA JÁ MANDOU 30 LADRÕES PARA P. PRETA PREVENINDO PARA CARNAVAL”, *Diário de Notícias*, 21 fev. 1963.

36 “Polícia prendeu quarenta ladrões durante os três dias de Carnaval”, *Diário de Notícias*, 28 fev. 1963.

37 “Polícia diz o que folião não pode fazer durante os três dias de Carnaval”, *Diário de Notícias*, 21 fev. 1963.

No total, foram registradas 13 publicações sobre o tema de segurança e controle nos festejos que compõem o universo carnavalesco de 1963, perfazendo um aumento de mais de 100% em relação ao ano anterior. No ano seguinte, temos a manutenção deste número, novamente atingindo um total de 13 publicações. Contudo, procedendo a uma análise das mesmas, percebemos algumas mudanças interessantes. Os menores de idade, que povoaram as páginas policiais e carnavalescas de 1963, desaparecem, e encontramos apenas uma publicação sobre proibições nos festejos carnavalescos. Entretanto, ações ostensivas da polícia são noticiadas em grande quantidade, atingindo inclusive outros festejos do ciclo de festas populares.

Em publicação do dia oito de janeiro, é noticiada a prisão de 43 pessoas na festa de reis, a maioria por “embriaguez e desordem”.<sup>38</sup> Mesmo se tratando de um festejo consideravelmente menor e realizado em apenas um dia, temos aqui o mesmo número de prisões que o notificado nos três dias de carnaval do ano anterior, o que pode indicar um aumento considerável dos esforços policiais de caráter repressivo nos festejos. A publicação também comenta que as prisões estariam de acordo com o plano de policiamento ostensivo posto em prática nos festejos realizados no final de 1963. Todo esse planejamento parece ter se evidenciado no entrosamento – bastante elogiado – entre as forças armadas e as polícias civil e militar, que teriam realizado uma cobertura com bastante eficiência, dado o número de prisões e, segundo o periódico, a ausência de arbitrariedades.

Não foi apenas a Festa de Reis que contou com intenso aparato policial durante sua realização; outras duas publicações versam sobre o policiamento nos festejos do Bonfim, que segundo o periódico tivera como saldo:

[...] cinco pessoas esfaqueadas, dois homens e duas mulheres detidos porque brigavam na rua, um perigoso pugilista capturado, um menor desaparecido e quatro outros detidos perambulando, além do furto duma bicicleta” – policiamento na festa do confim dos mais intensos<sup>39</sup>.

Apesar do intenso policiamento, o festejo mostrou ser um dos mais truculentos registrados ao longo da pesquisa. Informações como estas podem nos revelar uma possível falha nos esforços policiais. Por outro lado, pode-se depreender também que a presença de um número maior de funcionários objetivando a organização dos festejos tornara públicos e notáveis eventos que anteriormente poderiam passar despercebidos.

A Festa da Ribeira, entretanto, teve uma conclusão diferente. Em publicação do dia 21 de janeiro, o periódico acusa a polícia baiana de demonstrar o “estado de estupidez e atraso em que se encontra”.<sup>40</sup> Os elogios direcionados ao intenso policiamento ostensivo realizado nos festejos do Bonfim se transformam em críticas aos exageros cometidos pelos aparatos de estado na Ribeira.

---

38 “Polícia efetuou 40 prisões na festa de ‘Reis’”, *Diário de Notícias*, 08 jan. 1964.

39 “Policiamento na festa do Bonfim dos mais intensos”, *Diário de Notícias*, 18 jan. 1964.

40 “Chuva não impediu que os foliões fossem à Ribeira no vestibular do Carnaval”, *Diário de Notícias*, 21 jan. 1964.

O *Diário de Notícia* afirma que as forças policiais teriam agredido o povo, que estaria apenas se divertindo, levando diversas pessoas ao pronto socorro e a postos médicos, incluindo casos graves. Ainda tratando sobre excessos policiais, o periódico noticia a prisão de dezenas de pessoas e traz imagens da prisão de um guarda civil que teria tentado assassinar um policial.<sup>41</sup>

Os conflitos presenciados na Ribeira parecem acender um alerta na polícia baiana, e uma publicação do dia vinte e três de janeiro indica a preocupação desta com a segurança do carnaval que está por vir.<sup>42</sup> Entretanto, três dias depois é anunciada a presença de mil homens no policiamento dos festejos carnavalescos, número consideravelmente menor do que em 1962, quando foram registrados três mil agentes de segurança.<sup>43</sup> No dia 29 de janeiro, o então titular da Delegacia de Furtos e Roubos, Walmir Sá, anuncia que seriam realizadas “blitz” afim de prender delinquentes antes de carnaval.<sup>44</sup>

Em 1964, tampouco foram registradas publicações sobre proibições durante do tríduo momesco. Encontrou-se apenas um breve comentário comparativo com o carnaval carioca, na qual se anuncia que o coronel Francisco Cabral, secretário de segurança, teria proibido o uso de lança-perfumes, medida que teria contado com apoio de todos os clubes soteropolitanos.<sup>45</sup> Entretanto, neste mesmo ano, encontramos anúncios da venda de lança-perfumes, em propagandas tematizadas com ícones carnavalescos.<sup>46</sup>

No dia 13 de fevereiro, ao final dos festejos, o periódico anunciou o saldo policial:

[...] dois atropelamentos fatais, oitenta e dois carros apreendidos, quatro autos e duas lambretas furtadas, duas agressões à facas (com lesões na vítima), duas tentativas de homicídio praticadas a tiros, trinta queixas de furtos praticadas na cidade e estimados em cerca de quatro milhões de cruzeiros.<sup>47</sup>

Apesar desses casos, o carnaval de 1964 é tratado como tranquilo e, segundo o delegado auxiliar Rui de Lima Pessoa, teria ocorrido em perfeita ordem.

Ao logo de toda a pesquisa, deparamo-nos em diversos momentos com publicações que expressavam concordância com ações repressivas e organizadoras sobre o carnaval soteropolitano. O periódico parecia atuar de maneira pouco ativa em favor da organização deste. Porém, a partir de 1964, passamos a ver com frequência publicações que enfatizam e comemoram a organização do carnaval soteropolitano.

---

41 “Prisão na Ribeira”, *Diário de Notícias*, 21 jan. 1964.

42 “CARNAVAL PREOCUPA POLÍCIA”, *Diário de Notícias*, 23 jan. 1964.

43 “Mil homens policiarão a cidade durante o Carnaval”, *Diário de Notícias*, 26 jan. 1964.

44 “Retoques finais no policiamento para o Carnaval”, *Diário de Notícias*, 29 jan. 1964.

45 “Gustavo Borges não quer beijo na boca, mas Cabral só proíbe lança-perfume”, *Diário de Notícias*, 07 fev. 1964.

46 “CARNAVAL 1964”, *Diário de Notícias*, 04 jan. 1964.

47 “Polícia teve pouco trabalho nos 3 dias de Carnaval”, *Diário de Notícias*, 13 fev. 1964.

É nesse momento que percebemos a presença de críticas a objetos essenciais para manutenção do estado de direito, como é o caso da reportagem publicada no dia vinte e quatro de janeiro, na qual o periódico lamenta a dificuldade da polícia em manter presos, durante os festejos, os sujeitos apreendidos sem provas, criticando o “aumento da safra de habeas corpus para marginais, às vésperas do carnaval”.<sup>48</sup> Essa publicação nos parece trabalhar a construção de uma opinião pública que abra espaços para as violações do estado de direito que veremos nos anos seguintes.

Após o fim dos festejos carnavalescos, o periódico também passa a direcionar deslavados elogios aos carnavais realizados dentro dos bailes. É o caso da publicação do dia 13 de fevereiro, quando vemos a afirmação de que o carnaval de rua não teria alcançado grande animação, e que o ápice dos festejos teria sido atingido apenas nos clubes.<sup>49</sup> Entendemos essas manifestações, então, como favoráveis ao exercício de um carnaval ordeiro, tematizado e realizado em espaços organizados. O carnaval de rua, em decadência para o periódico, deveria abrir espaço para o carnaval realizado nos grandes salões, onde este de fato ocorreria com todo o seu esplendor.

No primeiro ciclo de festejos carnavalescos soteropolitano após o golpe civil-militar de 1964, percebemos uma diminuição no número de publicações que abordam temas como a repressão e o controle dos festejos. Em 1965, são contabilizadas apenas dez publicações. Além disso, estas parecem se ater mais ao controle e a organização previa do que a esforços ostensivos da polícia baiana.

Em breve notícia publicada em quatro de fevereiro, o *Diário de Notícias* anuncia a presença de um policiamento rigoroso no tríduo carnavalesco, a publicação, entretanto, apenas informa que uma reunião seria realizada para definir os detalhes.<sup>50</sup> Posteriormente, não temos nenhuma referência à quantidade de policias, à presença das forças armadas ou a separação da cidade em zonas. Tampouco foram encontradas publicações sobre a atuação da polícia em outros festejos que compunham o ciclo de festas populares na Bahia.

Ao final do carnaval, no dia 4 de março, o periódico anuncia o saldo: três homicídios, dois atropelamentos fatais, um afogamento e um acidente fatal com arma de fogo, além de centenas de prisões, número mais de duas vezes maior do que as 43 realizadas em 1963. O periódico apresenta breves críticas à distribuição do policiamento, que, estando concentrado no centro, permitiu excessos em outras regiões da cidade onde se sucederam “corridas loucas” e foram vistos carros “superlotados de play-bois” voando baixo, destes veículos também teriam partido disparos de armas de fogo.<sup>51</sup> Mesmo diante desses casos, o carnaval de 1965 foi considerado tranquilo e ordeiro.

Apenas estas duas publicações versam sobre ações ostensivas da polícia durante o carnaval, no que pode indicar a eficiência do policiamento nos eventos do ciclo momesco soteropolitano. Entretanto, os números destacados acima nos levam a pensar na possibilidade de que a ausência de

---

48 “Aumenta safra de ‘Habeas Corpus’ para marginais, às vésperas do Carnaval”, *Diário de Notícias*, 24 jan. 1964.

49 “Êxito de Momo foi nos clubes”, *Diário de Notícias*, 13 fev. 1964.

50 “Policiamento rigoroso no carnaval de 65 para não haver excessos na rua”, *Diário de Notícias*, 04 fev. 1965.

51 “Crimes e acidentes mataram sete pessoas no Carnaval”, *Diário de Notícias*, 04 mar. 1965.

mais publicações sobre o tema – principalmente dos festejos pré-carnavalescos, que no ano anterior teriam gerado muita dor de cabeça para os órgãos organizadores – refletem a necessidade de se demarcar um novo período de estabilidade, tranquilidade e segurança, em oposição à violência que teria imperado nos festejos dos anos anteriores.

Após o fim do Carnaval, na coluna *Nossa Opinião* publicada em quatro de março, o *Diário de Notícias* comemora a realização de um “carnaval calmo, sem alterações e com ordem, permitindo ao povo a expansão natural de sua alegria, sem os exageros estimulantes da bebida excessiva ou do lança perfume aspirado para liberar frustrações”.<sup>52</sup> O periódico atribui o sucesso do carnaval às proibições realizadas pelo poder público e à eficiência da polícia em sua organização dos festejos, principalmente no que diz respeito à organização do trânsito, que teria evitado grande parte dos conflitos envolvendo motoristas e pedestres.

A maior parte das matérias produzidas neste ano se dedicaram às proibições e ao controle prévio dos festejos, especialmente a polêmica envolvendo o uso de máscaras. Tendo seu uso proibido durante a noite desde o ano de 1962 e sem registros da sua manutenção em 1964, vemos aqui a tentativa da retirada de circulação de máscaras em tempo integral durante os festejos momescos.

A tentativa de intensificação da proibição realizada pela Secretaria de Segurança Pública, representada pelo delegado Rui Pessoa, gerou considerável polêmica. Foram registradas três publicações sobre o tema e este evento mobilizou a opinião de outros sujeitos associados a organização dos festejos, como o diretor da Divisão de diversões da superintendência de turismo (SUTURSA), Antônio Tourinho, que afirmou que a medida iria enfraquecer o carnaval soteropolitano.<sup>53</sup>

Uma das publicações mais importantes deste período se encontra no dia 13 de fevereiro.<sup>54</sup> Aqui se vê, pela primeira vez ao longo da pesquisa, a publicação de uma portaria que objetiva organizar o carnaval soteropolitano. Ao longo dos anos anteriores, foram encontradas diversas proibições publicadas no periódico, além de portaria que estabelecia as regras para o trânsito durante o festejo. Entretanto, vemos aqui, pela primeira vez, o que parece ser a união destas características, já que temos a publicação na íntegra de uma portaria com as regras que devem ser seguidas por todos os grupos carnavalescos e pelos foliões durante o tríduo momesco. (ANEXO III)

Além daquelas já encontradas e analisadas proibições de bebidas alcoólicas brancas, da venda de bebidas alcoólicas para menores e a presença de fantasias que façam referências às forças armadas e a grupos religiosos, vemos agora pela primeira vez, por parte da delegacia de jogos e costumes, a necessidade do certificado de aprovação do serviço de censura e diversões públicas da programação musical.

Direcionado especificamente aos foliões, temos a manutenção da proibição de máscaras apenas a noite, de cantar hinos nacionais, estrangeiros ou religiosos, utilizar farinhas tintas ou corrosivos,

---

52 “Carnaval Ordeiro”, *Diário de Notícias*, 04 mar. 1965.

53 “Ausência de máscaras enfraquecerá Carnaval, acha Diretor de Diversões”, *Diário de Notícias*, 10 fev. 1965.

54 “Cabral baixa portaria para os festejos carnavalescos”, *Diário de Notícias*, 13 fev. 1965.

aspirar lança perfumes e formar grupos denominados de monômios. Todas essas proibições já haviam sido encontradas em outros momentos, juntas ou dispersas pelo periódico e ao longo dos diversos anos analisados.

Pela primeira vez encontramos as seguintes proibições:

- alvejar motoristas em viaturas e animais em desfiles com confetes, serpentinas e lança perfumes;
- queimar, bombas, foguetes e fogos de artifício em local público; e
- realizar atos carnavalescos próximo a hospitais e casas de saúde<sup>55</sup>.

Em publicação do dia 21 de fevereiro, Rui Pessoa anunciou o desejo de que houvesse menos bebidas alcoólicas disponíveis durante o festejo; entretanto, não sabemos se isto se concretizou, já que não foram observadas outras publicações concernentes a este tema.

Em 1965, encontramos pela primeira vez, a presença de uma tematização oficial durante o carnaval.<sup>56</sup> Esse movimento parece iniciar-se em 1962, com o anúncio de uma decoração pública inspirada em motivos marinhos. Entretanto, apenas em 1965 é oficializado um tema para os festejos. A decoração, denominada “Uma lenda Africana”, foi promovida pela SUTURSA e contou com nomes importantes da produção intelectual e cultural da Bahia, como Waldeloir Rêgo, Emanuel Araújo e Juarez Paraíso. O projeto também obteve apoio de um grupo de artistas da Escola de Belas Artes da UFBA.

Esse movimento, promovido por um órgão institucional da Prefeitura soteropolitana, pode ser visto de duas maneiras:

Por um lado, a presença de um tema oficial e a ornamentação das ruas com decorações características podem representar um interesse em reestabelecer o carnaval de rua, que segundo o próprio periódico estaria cada vez mais enfraquecido diante da grandeza dos carnavais realizados nos grandes clubes. Carnavais estes, inclusive, há muito tematizados.

Por outro lado, esse movimento também pode indicar o intuito de organizar e controlar as formas como as pessoas se manifestavam no espaço público, já que, ao construir um tema oficial, o Estado acaba por definir padrões para vestimentas e comportamento para os foliões. Esses padrões, mesmo que não sejam de fato obrigatórios, podem vir a promover, em certa medida e em certo sentido, uma homogeneização do comportamento, sendo este analisado e julgado por outros foliões, que podem vir a se afastar daqueles que destoam do padrão estabelecido.

A tematização do carnaval de rua, entretanto, não parece ter surtido tanto efeito. Em publicação do dia quatro de março, após o fim dos festejos, o periódico lamenta a decadência do carnaval soteropolitano e anuncia, pelo segundo ano consecutivo, que “apesar da originalidade e muita arte da decoração e iluminação da cidade o Carnaval baiano de 1965 foi salvo pela razoável movimentação

---

55 Em 1963, isto era apenas um pedido da Secretaria de Segurança.

56 “‘Uma Lenda Africana’ será tema da decoração do carnaval de 65”, *Diário de Notícias*, 28 jan. 1965.



nos grandes e pequenos clubes.”<sup>57</sup> Também é possível traçar relações entre o fraco carnaval de rua, que segundo o periódico estaria se encerrando antes da zero hora, e a proibição de diversas atividades, principalmente da venda e consumo de entorpecentes, que poderiam garantir a empolgação do folião por mais tempo.

Apesar de todo o esforço de normatização e repressão percebido especialmente ao longo de 1965, o carnaval continua sendo, como definido por Bakhtin, um tempo em que se invertem os comportamentos considerados normais, trazendo para o mundano e para a galhofa assuntos que em outros momentos são tratados como sérios e sensíveis.<sup>58</sup> Em publicação encontrada no dia 28 de fevereiro de 1965, menos de um ano após o golpe de estado e durante os conflitos envolvendo a realização de eleições, o periódico anuncia a saída do cordão carnavalesco “Linha Branda”, formado por estudantes da Escola de Belas Artes. O grupo parece fazer referência a uma das facções das forças armadas que disputavam o poder institucional naquele período.<sup>59</sup>

Também foram encontradas referências às práticas aqui interpretadas como inversão e galhofa em 1962, quando, em reportagem sobre as músicas carnavalescas publicada no dia quatro de fevereiro, encontramos comentários humorísticos sobre a renúncia de Jânio quadros, o conflito cubano-estadunidense e o governador da Guanabara e um dos sujeitos mais influentes na crise que se desenvolvia no período, Carlos Lacerda.<sup>60</sup>

Apesar do relativo fracasso da tematização do carnaval de rua em 1965, encontramos no ano seguinte a manutenção deste empreendimento. Já no dia cinco de janeiro, temos a primeira publicação sobre o tema. Também promovida pela SUTURSA, a decoração foi denominada de “Carnaval Barroco” e produzida por nomes como Juarez Paraiso, Leonardo Alencar e Luiz Gonzaga. Ao término do carnaval, entretanto, não vemos mais publicações sobre este assunto, que parece ter alcançado ainda menos impacto que no ano anterior.<sup>61</sup>

Em relação aos menores de idade, vemos aqui o retorno das questões relativas à presença destes nos festejos momescos. Em 13 de fevereiro, o *Diário de Notícias* publica as determinações do Juizado de Menores para os festejos, em que se observa a manutenção das proibições encontradas pela primeira vez em 1963.<sup>62</sup> A novidade se encontra na realização de rondas volantes, organizadas pelo próprio Juizado, que a partir de agora passa a agir de maneira também ostensiva no combate à presença de menores no tríduo momesco. Três dias depois, em 16 de fevereiro, o juizado de menores, através do periódico, faz uma solicitação de viaturas a diversos órgãos oficiais do estado e município, anunciado o objetivo de contar com pelo menos dez carros, que atuariam em cinco setores da cidade.<sup>63</sup>

---

57 “Movimentação dos clubes salvou Carnaval de 1965”, *Diário de Notícias*, 04 mar. 1965.

58 Mikhail Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, Brasília, EdUNB, 1993.

59 “‘Linha Branda’ vai ser ‘Dura’ no Carnaval”, *Diário de Notícias*, 28 fev. 1965.

60 “CARNAVAL FAZ SUCESSO COM JANIO, CONGO, CUBA, GAGARIN E LACERDA”, *Diário de Notícias*, 04 fev. 1962.

61 “Decoração da cidade já foi aprovada e custará 105 milhões à Prefeitura”, *Diário de Notícias*, 05 jan. 1966.

62 “Determinação do Juizado Menores para o Carnaval”, *Diário de Notícias*, 13 jan. 1966.

63 “Juizado solicita viaturas para atender aos menores durante folia do Carnaval”, *Diário de Notícias*, 16

Já analisando as proibições, constatamos, no dia seis de fevereiro, a manutenção da portaria publicada no ano anterior. Nenhuma nova restrição é encontrada.<sup>64</sup> Entre as proibições mantidas, encontramos a venda de bebidas alcoólicas brancas, publicada pela primeira vez no ano de 1961, mas neste momento temos uma nova característica: a proibição também de seus compostos. No primeiro momento, apresentando características mais brandas, a proibição foi alvo de duras críticas por parte do periódico, especialmente em virtude de que esta afetaria diretamente a população mais pobre. Essas críticas não são notadas nos anos seguintes, especialmente em 1963, 1965 e 1966, quando esta proibição aparece novamente.

Esta ausência de críticas poderia indicar uma certa adesão incondicional aos projetos do governo militar. Entretanto, o fato de não se verificarem tampouco em 1963 pode ser um indicativo da mudança de perspectiva dos editores do periódico, que podem ter passado a ver uma fonte de perigo no consumo excessivo destas bebidas. No mesmo dia, também encontramos uma breve notícia reforçando a proibição do uso de lança-perfumes. Já em publicação do dia primeiro de fevereiro, é notado um fato inédito em relação aos concursos de trios elétricos realizados pela SUTURSA. Vejamos.

Esses concursos, por já se mostrarem presentes no início da pesquisa, não são aqui entendidos como parte do processo de intensificação da repressão e organização dos festejos. Nesse ano, entretanto, a SUTURSA informa que o trio flagrado com qualquer tipo de propaganda política seria imediatamente desclassificado do certame. Apesar de não ser uma proibição direta a propagandas políticas, a ação parece ter como objetivo desincentivar a presença desta nos festejos, já que a vitória em um concurso destes traria, além dos prêmios imediatos, uma importante visibilidade para o Trio vencedor.<sup>65</sup>

Atento às diversas restrições, o periódico publicou, no dia 26 de janeiro, uma reportagem sobre a polêmica envolvendo o bloco carnavalesco Caídos do Céu. Segundo a federação dos clubes e cordões carnavalescos, esse nome estaria ferindo os princípios religiosos, e não seria apropriado para uma festa de caráter profano como o carnaval. Nesta que é a primeira contenda deste tipo encontrada durante a pesquisa, o periódico parece se colocar contra a decisão da federação, argumentado que esta, por ter sido tomada a pouco tempo dos festejos, quando toda a indumentária já estaria pronta, viria a prejudicar o bloco. O secretário do Caídos do Céu afirma que o “Céu” referido pelo bloco seria o “científico”, sem nenhuma menção a qualquer coisa que pertença ao céu divino.<sup>66</sup>

Não foram encontradas referências a este bloco em carnavais passados. Entretanto, por ser a primeira vez que nos deparamos com publicações deste tipo, entendemos que essa movimentação revela a possibilidade de que o novo momento vivido pela sociedade tenha aumentado o interesse, por diversos grupos, em mecanismos de controle e organização. Posteriormente não foram encontradas publicações sobre a resolução deste conflito.

---

jan. 1966.

64 “Normas para o Carnaval de 66 em portaria de Cabral”, *Diário de Notícias*, 17 jan. 1966.

65 “Trio que não tiver política poderá ser o campeão”, *Diário de Notícias*, 21 jan. 1966

66 “‘Caidos do céu’ é ofensa para o Carnaval que é profano, segundo Federação”, *Diário de Notícias*, 26 jan. 1966

Contudo, a maior parte das publicações aqui encontradas faz referência a ações policiais de caráter ostensivo, seguindo um caminho completamente diferente daquele do ano anterior, quando a maioria das publicações versava sobre esforços proibitivos. Estas foram encontradas exclusivamente ao longo do mês de fevereiro, iniciando-se apenas no dia 11, cerca de oito dias antes do início do festejo.

Exatamente no dia 11, vemos o anúncio da prisão de dois homens. Apesar de não terem seus crimes expostos, os dois foram encaminhados para a colonial penal de Pedra Preta pela Delegacia de Furtos e Roubos, no contexto da limpeza das ruas para o carnaval. Segundo o periódico, eles só sairiam do presídio após o término dos festejos.<sup>67</sup> No dia 19, quando se iniciava o carnaval, vemos o anúncio de mais uma leva de detentos a Pedra Preta, em uma foto reunindo sete pessoas. Na legenda, o periódico os chama de lanceiros, ventanistas e arrombadores e afirma que mais de duzentos deles já haviam sido presos para garantir a tranquilidade dos foliões.<sup>68</sup>

Ainda no dia 19, outra publicação interessante chama nossa atenção. Enquanto Ruy de Lima Pessoa, então delegado auxiliar do estado, reforça que todos os presos durante os festejos só seriam liberados na Quarta-Feira de Cinzas, vemos uma imagem do preso conhecido como Carioquinha, que teria vindo a Salvador curtir o carnaval. Carioquinha, que como o nome indica seria natural do Rio de Janeiro, afirmou que iria organizar um bloco no presídio, e que, já que não poderia brincar na rua, faria sua festa em Pedra Preta.<sup>69</sup>

Isso nos demonstra um pouco mais do que afirma Bakhtin sobre a inversão carnavalesca.<sup>70</sup> Mesmo diante de um contexto normalmente tido como desagradável, Carioquinha parece pouco se importar... afinal, no carnaval se alterariam as lógicas convencionais vigentes na sociedade. Assim, uma prisão pode ser vista de maneira não totalmente negativa, mas como parte da galhofa e das brincadeiras que este momento propõe. No dia 20, o periódico comemora a ausência de grandes ocorrências, indicando que esta seria a consequência pela ação de limpeza do carnaval realizado pela polícia baiana.<sup>71</sup>

Após o término dos festejos, no dia vinte e quatro de fevereiro, o periódico não apresenta o tradicional balanço criminal do ano, anunciando apenas dois assassinatos e três mortes em acidentes automobilísticos. Ainda nesse dia, o *Diário de Notícias* publica a fala do então chefe geral dos comissários do Juizado de Menores, o Sr. Nelson Dias Carregosa, na qual este afirma que o Juizado teve pouco trabalho no corrente ano, e atribui isso ao “perfeito e eficiente” policiamento realizado durante o festejo.<sup>72</sup> O Juizado teria atuado com os dez veículos que requisitou anteriormente, nas páginas do próprio periódico, e teriam sido encontrados mais trinta menores desaparecidos, alguns

67 “Carnaval em P. Preta”, *Diário de Notícias*, 11 fev. 1966

68 “Mais um ‘Lote’”, *Diário de Notícias*, 19 fev. 1966

69 “Carnaval de qualquer forma”, *Diário de Notícias*, 19 fev. 1966.

70 Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*.

71 “FOLIÕES NÃO DERAM TRABALHO NO INICIO DO CARNAVAL”, *Diário de Notícias*, 20 fev. 1966. Sarita Montiel foi uma cantora e atriz espanhola (1928-2013). É muito provável que este seja o “nome de guerra” de um travestido.

72 “Melhor policiamento pelo carnaval fez diminuir trabalho do J. Menores”, *Diário de Notícias*, 24 fev. 1966.

deles embriagados, praticando “erro social” ou fugitivos do serviço estadual de assistência aos menores. A maioria teria sido direcionada as suas casas.

No ano de 1966, foi registrado um total de 16 publicações relacionando controle e repressão aos festejos do ciclo carnavalesco, número superior ao máximo encontrado até então – 13 publicações em 1963 e 1964. Por fim, vemos o periódico evocando festejos organizados como representantes do melhor que o carnaval baiano poderia oferecer. Também no dia 24 de fevereiro, o *Diário de Notícias* anuncia: “Desfiles marcaram a nova fase do carnaval baiano”.<sup>73</sup> Este nos parece ser mais um indício do reforço que o periódico promove aos festejos realizados em ambientes controlados, como os grandes bailes e os desfiles. Aqui, este se direciona especialmente às escolas de samba, indicando-as como representantes do futuro do nosso carnaval, mais ordeiro e separado por alas. (ANEXO IV)

## CONCLUSÃO

Ao longo da análise dos anos aqui entendidos como parte de uma crise política nacional, percebemos a intensificação de esforços repressivos e controladores sobre o carnaval de Salvador. Estes não partem apenas do poder público; parecem também emanar de uma parcela da sociedade, a elite letrada, representada pelos produtores do *Diário de Notícias*. Esse movimento realizado pelo periódico se torna perceptível principalmente nos elogios manifestados aos festejos tidos como organizados, como os bailes de clubes e desfiles. Contudo, também o notamos nos diversos comentários elogiosos às ações repressivas do estado.

Já estes esforços exercidos pelo estado se manifestam principalmente nas ações policiais, que podem ser divididas em proibitivas, que se intensificam a partir de 1963 com a publicação de uma lista de normas proibindo diversas atividades para os foliões, e ostensivas, como as prisões em massa realizadas antes e durante os festejos, geralmente noticiadas sem apresentar crimes ou provas, no que seriam apenas grandes limpezas para o carnaval,

Essa repressão – principalmente as proibições – parece estar intrinsecamente ligada ao esvaziamento dos festejos ao longo dos anos. Tal esvaziamento é bastante noticiado pelo periódico, que lamenta que as festas não durem mais toda a madrugada, como teriam sido em momentos anteriores. A proibição de entorpecentes, como a lança-perfume, e a dificuldade de acesso a bebidas alcoólicas, com a proibição de bebidas brancas e a redução da quantidade de outros tipos disponíveis para a venda, podem apresentar uma possibilidade explicativa para este fato.

Entendemos que o processo de intensificação do controle e repressão sobre o carnaval soteropolitano não é linear, apresentando enfoques diferentes ao longo dos anos, de acordo com questões de mais ou menos valor para a sociedade naquele momento. Entretanto, esse processo de intensificação nos parece facilmente perceptível e pode ser notado, entre outros, no papel exercido

---

73 “Desfiles Marcaram a nova fase do Carnaval baiano”, *Diário de Notícias*, 24 fev. 1966.

pelo Juizado de Menores durante os festejos.

Sem se fazer presente nas publicações do periódico em 1961, o Juizado de Menores se manifesta ainda de maneira tímida no ano seguinte, com uma publicação. Em 1963, estas se elevam para três, porém não deixam registros em 1964 e 1965, indicando apenas a manutenção de todas as portarias baixadas nos anos anteriores. Em 1966, entretanto, o tema retorna com uma intensidade não antes vista, e agora percebemos as forças do Juizado indicando o interesse de atuar de maneira ostensiva no carnaval, com rondas volantes que detêm cerca de trinta jovens durante os festejos.

Por fim, outras publicações também podem nos revelar um processo de militarização da sociedade, ou, pelo menos de um apoio cada vez mais inquestionável do periódico ao poder militar institucionalizado. Esse é o caso da coluna militar, iniciada em 1966, que versa sobre o cotidiano dos militares baianos. Também temos em 1966, ano da consolidação do golpe, publicações sobre a história militar de Salvador, tendo como referência os fortes que compõem a cidade. Isto poderia ser apenas uma coincidência, mas... não veio a ocorrer em anos anteriores.

## ANEXOS:

D)



# POLÍCIA JÁ MANDOU 30 LADRÕES PARA P. PRETA PREVENINDO PARA CARNAVAL

## Processo do "lock-out" dos ônibus só andar<sup>á</sup> após as férias forenses

O processo do "lock-out" dos empresários de ônibus que se encontra engavetado em poder do Sub-Escritário Luiz Mesquita, da Primeira Vara Crime, somente terá andamento após o início dos trabalhos forenses, no dia 2 de março vindouro, foi o que declarou a reportagem policial do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, o Promotor Plantonista sr. Renato Bastos, ontem a tarde ao ser abordado, quando se encontrava no Cartório da Segunda Vara Crime. Acrescentou ainda o Representante do Ministério Público:

O processo não me foi encaminhado e para melhor dizer nem conheço. Apenas tenho notícias pelo jornais. Entretanto, acho que não se justifica estar este processo parado, até porque existe prapara a sua conclusão na figura.

que paralisação se justificamente o procedimento junto ao Juiz Plantonista, cumprindo as determinações do art. 185, que regula a mara-mente deu andamento período das férias coletivas, processo em que os seus representaram prazos, processos sujeitos a prazos fatais, ditto que após o dia 2 de março, quando do reinício dos trabalhos forenses o Juiz da Primeira Vara Crime, Domingos Marmore fará início no sumário e interrogando os delinquentes que por sinal se eleva total de cinquenta e que vai exigir maior a Justiça para a sua conclusão.

### ASAMENTO

anterior - Larga ex-  
la - Garantia de  
te - Dirigir-se a  
e - Rua da Assem-  
- Sala 302 - Ed.  
- Rio.

## vão prestar porte mendigos

medido pela banca-  
ontra o citado ofi-  
eado nas seguintes

io de Segurança,  
alegou que a  
ncomunicabilidade  
partira do juiz  
i Tribunal, Dr

## Comerciante diz que o Delegado é seu amigo

O comerciante Edson Batista compareceu ontem à redação do DN, solicitando retificação na nota divulgada na edição da última terça-feira, sob o título "Negociante pediu garantias de vida contra o Sub-Delegado de A. Comprida", esclarecendo ter havido equívoco. Esclareceu que a queixa foi apresentada apenas contra o ex-soldado e não contra o Sub-Delegado Zeca Batista e o Tenente da Polícia Militar João Batista dos Anjos, autoridades que lhes prestaram toda a assistência, e garantias.

Afirmou ainda, que muito embora tivesse o seu agressor comparecido à presença da autoridade, ao retornar a Góes Calmon, novamente passou a perseguir-lo o que vem lhe causando desassossegado e à sua família.

Borges se movimentava junto aos altos escalões do governo, procurando ganhar tempo até que o juiz Célio Teixeira Resende entregasse ao delegado Ariosto Fontana a ordem de incomunicabilidade para os acusados.

### Tragedia

Trinta marginais foram transferidos ontem para a Colônia de Pedra Preta por ordem do sr. Elísio Medeiros, delegado de Furtos e Roubos.

A medida é das mais salutares e vem sendo posta em prática pela polícia todos os anos, antes do Carnaval.

O delegado de Furtos e Roubos informou ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS que a polícia realizará hoje "blitz" na Cidade Baixa, vasculhando os focos de gatunagem em Agua de Meninos, Mercado Modêlo e Calçada. Todos os ladrões serão transferidos para a Colônia de Pedra Preta, onde ficarão durante os três dias de Carnaval.

O repórter esteve ontem na Secretaria de Segurança Pública, onde pôde verificar que a maioria dos ladrões ontem transferidos para a Colônia são provenientes dos Estados do norte, sobretudo do Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Alguns deles protestavam contra a medida policial, alegando que havia sido preso sem justa causa.

O ladrão alcunhado de "Rato Branco", dos mais perigosos, chamou o repórter para dizer que a sua prisão era injusta: "Sou doutor, não sei porque estão fazendo isso comigo. Saí da cadeia há três dias depois de cumprir pena. E a polícia me faz voltar ao xadrez sem eu nada ter feito. Como posso me reabilitar?"

## Polícia inicia hoje prova testemunhal do assassinato de Natalina de Oliveira

Hoje às 9 horas será realizada a prova testemunhal do crime da decada Maria Fernandes Guimarães, que na noite da última segunda-feira, na rua Campos Sales, matou a golpes de faca sua companheira Natalina Fiais Oliveira.

A audiência será presidida pelo Delegado Clemente Araújo Castro, devendo estar presente o Promotor Plantonista bel. Renato Bastos.

### ADVOGADO DEFENDERÁ

O advogado Renato Reis, ontem a tarde compareceu à Delegacia da Primeira e se

prontificou a defender a acusada de graça, alegando assim procedia pelo fato ter lido nos jornais da cidade a mesma mãe de um menor de um ano de idade, se encontra abandonado.

Acrescentou ainda o advogado que muito se compadecia da situação da acusada, lhe forçou a ir aquela cidade para conhecer os seus inquirido até então detidos.

Disse que tudo fará de suas possibilidades fisssional para que a em pouco tempo possa assistência materna ao filho, já desde os mormidios, desamparado.

### IDENTIFICADA

A criminosa ontem foi submetida a teste datiloscópica, não tendo a delegacia Auxiliar com a D. P. já ter sido processada.

Face as declarações dadas a sua vítima dera a vários inlesões corporais.

Após a diligência acusada será recolhida de Detenção onde será o pronunciamento.

## Defesa

### SINDICATO DOS AJUDANTES DE DESPACHANTES ADUANEIROS DA CIDADE DO SALVADOR

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros da cidade do Salvador, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 51, letra "b" dos Estatutos, atendendo o requerimento assinado por diversos associados, convoca para o próximo dia 22 do mês em curso, às (9) nove horas da manhã, em primeira convocação com número legal e às (9,30) nove e trinta horas em segunda convocação com a metade e mais um dos que a convocaram, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) - leitura da ata da sessão anterior;
- b) - apreciar e discutir o teor do requerimento formulado pelos requerentes;
- c) - o que ocorrer com referência ao assunto em pauta.

Salvador, 20 de fevereiro de 1963.  
Waldemar dos Santos Correia - Presidente.



## Patronato dos Presos e Egressos quer processar o administrador do P. D.



sados nos termos da Lei de categoria ou natureza.

## Restrições para foliões

mesma portaria do Cel. Francisco Cabral, o uso de máscaras, entre outras coisas, está sujeito a certas restrições. Eis e que dir a portaria, a respeito:

X) — Fica proibido:

- a) — usar, nas vias e logradouros públicos, máscaras entre as 18.00 horas de um dia e as 6.00 horas do dia seguinte; ressalvando-se os recintos fechados de clubes que ficará a critério das respectivas Diretorias;
- b) — cantar hinos nacionais, estrangeiros ou religiosos;
- c) — utilizar farinhas, tintas, corvosos e tudo que possa prejudicar ou molestar;
- d) — aspirar lança-perfume ou outro entorpecente;
- e) — alvejar motoristas em viaturas com lança-perfume, confetes e serpentinas, bem assim os animais que estejam ou não integrando desfiles;
- f) — formar agrupamentos denominados "Monômios";
- g) — realizar atos carnavalescos, com músicas ou cânticos perto de hospitais e casas de saúde;
- h) — queimar bombas, foguetes e outros artificios pirotécnicos em lugar público, ressalvados os pequenos fogos luminosos fixos em prédios ranchos e cordões carnavalescos, desde que não prejudiquem ao público.

XI) — As autoridades policiais e seus agentes deverão reprimir, processando criminalmente todo aquele que for auctorizado na prática de dano contra a propriedade, especialmente ômbus, lotações e outros veículos.

XII) — Deverão ser imediatamente comunicadas às autoridades responsáveis pelos setores de policiamento e aos oficiais das Corporações Militares que se representarem junto à Polícia quaisquer ocorrências em que, porventura, hajam tomado parte elementos dessas Corporações.

XIII) — As autoridades policiais e seus prepostos deverão cumprir a presente Portaria com seriedade, prevenindo, as infrações penais e, bem assim colaborando com as autoridades e patrulhas das Forças Armadas e com o Julgado e Curadoria de Menores e seus prepostos.

XIV) — Recomenda-se a prestação de auxílio aos turistas, encaminhando-os, em caso de dúvida, ao Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal do Salvador, com postos instalados no Belvedere da Sé e Campo Grande.

XV) — A Delegacia Auxiliar baixará instruções especiais para a perfeita execução das presentes determinações, fixando os locais de funcionamento dos setores policiais e áreas de ação dos mesmos.

### TRANSITO

"XVI) — a Inspetoria Geral de Trânsito deverá baixar instruções com observância das seguintes normas:

- "a) itinerários dos cursos práticos carnavalescos e veículos coletivos;
- "b) permissão especial para circulação de caminhões nos cursos;
- "c) trânsito livre para os veículos a serviço do policiamento e para os que estiverem

prestando socorro de urgência:

- "d) organização de mão e contra-mão para os pedestres nos pontos de maior movimento;
- "e) designação dos pontos de estacionamento de práticos carros oficiais e veículos em geral;
- "f) proibição de trânsito de animais de praça nas vias públicas, inclusive na Av. 7 de Setembro, rua Carlos Gomes Senador Costa Pinto (Faisca) Dr. J. J. Seabra e Av. Joana Angélica salvo quando fazendo parte de práticos organizados;

"XVII) As Diretorias dos Institutos de Investigação Criminal Afrânio Peixoto, Médico Legal Nina Rodrigues, dirigirão os serviços a seu cargo e organizarão as escalas de serviço do pessoal técnico aí lotado;

"XVIII) A Polícia Militar do Estado e Guarda Civil Corporação de Polícia Feminina e Diretoria de Investigações com todos os seus elementos disponíveis concorrerão ao policiamento, de acordo com os seus planos e escalas de serviço, observadas as presentes instruções e as que forem baixadas pela Delegacia Auxiliar;

"XIX) A presente Portaria deverá ser observada pelas autoridades policiais do interior do Estado no que for aplicável, atendidas as peculiaridades locais;

"XX) O Titular da Secretaria de Segurança Pública supervisionará todos os serviços afetos à mesma ficando a cargo do Delegado Auxiliar a supervisão de todo o policiamento esadjuvado com o Comandante da Polícia Militar e oficiais das Forças Armadas designados pelos seus superiores;

"XXI) Os Delegados de Polícia da Capital, o Diretor de Investigações e as demais autoridades em serviços, devidamente identificados através credencial do Titular da Segurança Pública terão livre ingresso no recinto dos clubes carnavalescos, para fins de fiscalização ou policiamento não podendo os responsáveis pelos mesmos clubes ou casas de diversões, sob qualquer pretexto impedir-lhes o ingresso".

## "Guerra ao camelô" continua

Continua em atividades "Guerra ao Camelô" promovida pelo delegado de Jogos e Costumes Moisés Lins de Almeida. Ontem, nada menos de 6 camelôs foram presos pela ronda da DJC em diversos pontos da Cidade.

Elevador Lacerda, Avenida Sete de Setembro, Rua Chile, foram os pontos visados pela Delegacia de Costumes pois são exatamente onde se têm verificado maior número de prisões

medicar

peito.

Albin

crime

faca,

"Pai de

morrer

agrava

cia, on

do agu

para a

onde f

ontem

LEGT

No

afirm

na vi

o que

tipo

ment

cando

atraç

receb

F

n

d

O

Car

cion

deit

reco

Rou

"lar

Por

gat

ced

cia

D

fila

de

per

te

ras

atr

got

vas

tur

ret

co

cr

so

do

lh

tu

id

gt

# Desfiles marcaram a nova fase do Carnaval baiano

Ela é só samba

Do bom passo



Malandra e Malalta foram as urbis-samba que o "Filho da Mãe" apresentou como grande triunfo. E as moças fizeram muita festa passar mal. Duas

Tororô apresentou como grande triunfo. E as moças fizeram muita festa passar mal. Duas

Inocentes, o único



Das grandes clubes, o "Inocentes em Progresso" é ainda o único que comparece com seu desfile de carros alegóricos. Saindo muito bem este ano. Na foto, o seu carro-chefe, com a Rainha.

Mercadores campeão



Com vários carros alegóricos — aqui uma bela galera — o "Mercadores de Bagdad" conquistou o primeiro lugar do concurso e arrastou milhares de aplausos.

Tororô e o Dois de Julho



Vice-Campeão entre as Escolas de Samba, "Filhos do Tororô" brilharam, apresentando um bonito carro alegórico, abstrato e cheio de independência. Da foto.

O brilho de sempre



O "Val Levando" ganhou de novo, o primeiro prêmio da sua categoria. Com quase mil figurantes, foi um fator decisivo para vencer todos de Carnaval 1966.

Coreografia do Bafo



O "Bafo da Onça", também campeão do 2º grupo das Escolas de Samba, apresentou uma belíssima coreografia com seus pais mistos em grande estilo.

Menção honrosa



"Os Curujás", mesmo sem comparecer ao prêmio, obteve menção honrosa. Grande coreografia que salienta a Carnaval.

Na hora de desmontar as muitas da Escola de Samba "Juventude do Samba" e "Filhos do Tororô" tiveram que se rebelar e rebelaram mesmo, surpreendendo a milhares de pessoas que acorreram à Praça da Sé, por — ali está — a fantasia bom mesmo, o basco ao ar, a música dos filmes do carnaval carioca. Mas a verdade é que este carnaval não passou uma única noite de costumes, libelos, escândalos de samba, cada uma se apresentando com maior empenho e procurar, no terreno toques especiais, que na batida, nos passistas ou simplesmente na coreografia do conjunto ou ainda na beleza das fantasias. Ganha a Bahia, portanto, um aspecto novo no seu carnaval, à despeito da ausência das grandes sociedades, e o povo, aplaudindo em delírio os pequenos clubes, deu também o seu apoio — que é o grande prêmio — que é o sucesso dos seus dirigentes. As fotos que ilustram esta página dão bem uma idéia dos desfiles.

## Caracter

Carnaval festa da



Toda samba de cabre que pes, a música pastora da Escola de Samba, Capangas de Samba, foi em espetáculo a parte no palanque da SUTERA, Redonda e da Garcia.

Ciganas



Periperi ca



Alegria e



Disparada la